



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CAMPUS AGRESTE  
NÚCLEO DE GESTÃO  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

CAROLINE LIMA DOS SANTOS

**CARACTERIZANDO A PERCEPÇÃO DAS FEIRANTES DA SULANCA FUNDAC**  
**ACERCA DO EMPREENDEDORISMO:** entre a autonomia e a precariedade

Caruaru  
2025

CAROLINE LIMA DOS SANTOS

**CARACTERIZANDO A PERCEPÇÃO DAS FEIRANTES DA SULANCA FUNDAC  
ACERCA DO EMPREENDEDORISMO:** entre a autonomia e a precariedade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Administração do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel/licenciado em Administração.

**Área de concentração:** Organizações.

**Orientador (a):** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Márcia Batista Almeida Pereira

Caruaru

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santos, Caroline Lima dos.

Caracterizando a percepção das feirantes da Sulanca Fundac acerca do empreendedorismo: entre a autonomia e a precariedade / Caroline Lima dos Santos. - Caruaru, 2025.

54 p. : il., tab.

Orientador(a): Ana Márcia Batista Almeida Pereira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Administração, 2025.

Inclui referências, apêndices.

1. Empreendedorismo. 2. Informalidade. 3. Precariedade. 4. Desigualdade de gênero. I. Pereira, Ana Márcia Batista Almeida. (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

CAROLINE LIMA DOS SANTOS

**CARACTERIZANDO A PERCEPÇÃO DAS FEIRANTES DA SULANCA FUNDAC  
ACERCA DO EMPREENDEDORISMO:** entre a autonomia e a precariedade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Administração do  
Campus Agreste da Universidade Federal de  
Pernambuco – UFPE, na modalidade de  
monografia, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de bacharel/licenciado em  
Administração.

Aprovada em: 14/04/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Márcia Batista Almeida Pereira (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Freire (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Eugenio Vital Pereira Neto (Examinador Externo)  
Universidade Estadual da Paraíba

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha orientadora e aos meus pais texto.

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo caracterizar a percepção das mulheres feirantes/empreendedoras da Feira da Sulanca Fundac, em Caruaru-PE, acerca do empreendedorismo feminino e suas contradições. A pesquisa nasce da ideia de que, embora o empreendedorismo seja promovido como um caminho para se conquistar a independência e vencer os desafios do mercado formal, a vivência e rotina dessas mulheres mostram um choque entre a ideia de autonomia e o que elas realmente enfrentam. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com entrevistas e registros fotográficos para entender quem são essas feirantes, o que fazem no dia a dia e em que condições trabalham. A base teórica conversa com estudos sobre informalidade, precariedade e desigualdade de gênero, mostrando como as ações para formalizar, como a categoria de Microempreendedor Individual (MEI), podem esconder situações de fragilidade. Os resultados mostram que o discurso do empreendedorismo esconde problemas relacionados à instabilidade financeira, à dupla jornada de trabalho e à permanência de práticas que excluem este setor. Desse modo, o estudo contribui para o debate das contradições do empreendedorismo feminino no mundo informal, oferecendo informações para futuras ações políticas e estudos que busquem incluir socialmente essas mulheres e melhorar suas condições de trabalho.

**Palavras-chave:** empreendedorismo; informalidade; precariedade; desigualdade de gênero.

## **ABSTRACT**

This Final Course Work aims to characterize the perception of female market vendors/entrepreneurs at the Sulanca Fundac Fair in Caruaru-PE regarding female entrepreneurship and its contradictions. The research is based on the idea that, although entrepreneurship is promoted to achieve independence and overcome the challenges of the formal market, the experiences and routines of these women show a clash between the idea of autonomy and what they face. The research adopted a qualitative approach, with interviews and photographic records to understand who these market vendors are, what they do daily and under what conditions they work. The theoretical basis converses with studies on informality, precariousness and gender inequality, showing how actions to formalize, such as the category of Individual Microentrepreneur (MEI), can hide situations of fragility. The results show that the discourse of entrepreneurship hides problems related to financial instability, double work shifts and the persistence of practices that exclude this sector. In this way, the study contributes to the debate on the contradictions of female entrepreneurship in the informal world, offering information for future political actions and studies that seek to socially include these women and improve their working conditions.

**Keywords:** entrepreneurship; informality; precariousness; gender inequality.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – As mulheres no mercado de trabalho brasileiro

18

## LISTA DE IMAGENS

|             |   |    |
|-------------|---|----|
| Imagem 1 –  | Os primórdios da Feira de Caruaru                     | 24 |
| Imagem 2 –  | Localização e dimensão da Feira da Sulanca de Caruaru | 26 |
| Imagem 3 –  | Espaço de trabalho (F1)                               | 44 |
| Imagem 4 –  | Espaço de trabalho (F2)                               | 44 |
| Imagem 5 –  | Espaço de trabalho (F3)                               | 44 |
| Imagem 6 –  | Espaço de trabalho (F4)                               | 45 |
| Imagem 7 –  | Espaço de trabalho (F5)                               | 45 |
| Imagem 8 –  | Espaço de trabalho (F6)                               | 45 |
| Imagem 9 –  | Espaço de trabalho (F7)                               | 45 |
| Imagem 10 – | Espaço de trabalho (F8)                               | 46 |
| Imagem 11 – | Espaço de trabalho (F9)                               | 46 |
| Imagem 12 – | Espaço de trabalho (F10)                              | 46 |

## LISTA DE QUADROS

|            |  |    |
|------------|--|----|
| Quadro 1 – | Características da Feira da Sulanca de Caruaru | 24 |
| Quadro 2 – | Frutos da Feira da Sulanca de Caruaru          | 25 |
| Quadro 3 – | Fase de Coleta de Dados – Entrevista           | 31 |
| Quadro 4 – | Perfil das Entrevistadas                       | 33 |
| Quadro 5 – | Experiências de Trabalho das Entrevistadas     | 34 |
| Quadro 6 – | Rotina e Condições de Trabalho na Atualidade   | 38 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|         |   |
|---------|---|
| CLT     | Consolidação das Leis do Trabalho                           |
| CNPJ    | Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica                        |
| CORECON | Conselho Regional de Economia                               |
| Fundac  | Fundação da Criança e do Adolescente                        |
| GEM     | Global Entrepreneurship Monitor                             |
| IBGE    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística             |
| IPEA    | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                    |
| Iphan   | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional      |
| MEI     | Microempreendedor Individual                                |
| OIT     | Organização Internacional do Trabalho                       |
| PNADC   | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE) |
| Sebrae  | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas    |

## SUMÁRIO

|              |   |           |
|--------------|---|-----------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>12</b> |
| 1.1          | CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....                            | 12        |
| 1.2          | OBJETIVOS.....  | 13        |
| <b>1.2.1</b> | <b>Objetivo geral.....</b>  | <b>13</b> |
| <b>1.2.2</b> | <b>Objetivos específicos.....</b>   | <b>13</b> |
| 1.3          | JUSTIFICATIVA.....  | 13        |
| <b>2</b>     | <b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>   | <b>15</b> |
| 2.1          | O MERCADO DE TRABALHO NA ATUALIDADE.....  | 15        |
| <b>2.1.1</b> | <b>As mulheres no mercado de trabalho.....</b>                                  | <b>17</b> |
| 2.2          | O EMPREENDEDORISMO NO MUNDO ATUAL E SUAS<br>CONEXÕES COM A INFORMALIDADE.....   | 19        |
| <b>2.2.1</b> | <b>O (auto)empreendedorismo na vida das mulheres.....</b>                       | <b>22</b> |
| 2.3          | A FEIRA DA SULANCA FUNDAC DE CARUARU/PE E O<br>EMPREENDEDORISMO FEMININO.....   | 23        |
| <b>3</b>     | <b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>   | <b>30</b> |
| 3.1          | DELINEAMENTO DA PESQUISA.....   | 30        |
| 3.2          | SELEÇÃO DOS SUJEITOS.....   | 30        |
| 3.3          | PRODUÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO.....  | 30        |
| 3.4          | ANÁLISE DO MATERIAL.....  | 32        |
| 3.5          | LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....   | 32        |
| <b>4</b>     | <b>ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....</b>                          | <b>33</b> |
| 4.1          | PERFIL DAS ENTREVISTADAS E SUAS EXPERIÊNCIAS NO<br>MUNDO DO TRABALHO.....       | 33        |
| 4.2          | CONHECENDO A ROTINA E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO:<br>TRAÇOS DA INFORMALIDADE..... | 37        |
| 4.3          | INVESTIGANDO A PERCEPÇÃO DAS FEIRANTES EM RELAÇÃO<br>AO EMPREENDEDORISMO.....   | 40        |
| <b>5</b>     | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>48</b> |
|              | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>49</b> |
|              | <b>APÊNDICE A – ROTEIRO DA FASE DE COLETA DE DADOS<br/>(ENTREVISTA).....</b>    | <b>53</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O debate sobre questões acerca da atuação de mulheres feirantes no contexto do empreendedorismo por necessidade se faz necessário. Com isso, a contextualização do tema, que fundamenta a relevância e o direcionamento desta pesquisa, está disposta a seguir.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

O empreendedorismo é frequentemente apresentado como um caminho para a conquista da autonomia financeira e para a superação das dificuldades impostas pelo mercado formal. No entanto, quando inserido no contexto da informalidade, esse discurso pode esconder outras dimensões da realidade vivida pelos trabalhadores, especialmente pelas mulheres feirantes, inseridas na esfera da Feira da Sulanca Fundac (Feira da Sulanca no terreno da Fundação da Criança e do Adolescente em Caruaru-PE). Sendo necessário a análise da prática em ambientes marcados pela informalidade e por condições de trabalho precárias.

Deste modo, o confronto entre o que é vendido pela ideologia que cerca o empreendedorismo e entre a realidade vivenciada pelas feirantes se faz necessário e demanda uma investigação minuciosa. Estudos e dados anteriores – conforme observado nos capítulos que abordam o referencial teórico e a análise de dados deste estudo – mostram que, em muitos casos, o rótulo de empreendedor não corresponde necessariamente a um exercício pleno de autonomia ou à conquista de novos espaços de valorização social e econômica. Pelo contrário, essa condição mascara a informalidade e as consequências do trabalho precário.

Além do mais, o fato de as mulheres iniciarem seus próprios negócios tem sido amplamente divulgado como uma via para alcançar a independência econômica e fortalecer o papel feminino na sociedade. Entretanto, para inúmeras mulheres, sobretudo aquelas em situações de fragilidade social, abrir um negócio está mais ligado à urgência de garantir o sustento diário do que à concretização de um sonho pessoal ou à identificação de uma brecha no mercado.

Longe de simbolizar autonomia, o empreendedorismo motivado pela sobrevivência pode intensificar a instabilidade, dado que frequentemente se desenvolve de maneira informal, sem a proteção de direitos trabalhistas e em paralelo com as demandas exaustivas das tarefas domésticas. Tal cenário se manifesta de forma clara entre as mulheres que atuam em feiras livres, a exemplo das comerciantes da Feira da Sulanca, foco principal deste estudo.

Assim, a questão que norteará esta pesquisa – **Qual é a percepção das mulheres feirantes/empreendedoras da Feira da Sulanca Fundac, em Caruaru-PE, sobre o empreendedorismo feminino e suas contradições?** – espelha a necessidade de se compreender a realidade vivida por essas mulheres feirantes, que, ao se enxergarem empreendedoras, lidam diariamente com a informalidade e os desafios resultantes dessa prática de trabalho.

## 1.2 OBJETIVOS

Diante da problemática vista, estabelecem-se abaixo os objetivos que orientaram esta pesquisa.

### 1.2.1 Objetivo geral

Caracterizar a percepção das mulheres feirantes/empreendedoras da Feira da Sulanca Fundac, em Caruaru-PE, sobre o empreendedorismo feminino e suas contradições.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar o perfil das feirantes pesquisadas e suas experiências no mundo do trabalho;
- b) Conhecer a rotina e as condições de trabalho das feirantes; e
- c) Investigar a visão das feirantes em relação ao empreendedorismo.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância deste estudo se apoia em duas perspectivas. A primeira diz respeito ao se analisar a realidade de mulheres feirante de Feira da Sulanca Fundac, pretendendo-se lançar luz sobre um setor crucial para a economia da região e para a sobrevivência de milhares de famílias, que encontram no empreendedorismo – ainda que emergido na informalidade – uma alternativa num cenário de escassez de oportunidades formais. A segunda perspectiva diz respeito ao recorte de gênero que assume um papel crucial ao se observar como as mulheres enfrentam desafios particulares ao atuarem no campo do empreendedorismo.

Além disso, dados recentes da PNAD Contínua, compilados pelo DIEESE (2024), reforçam a pertinência da análise proposta neste estudo. No 4º trimestre de 2023, o Brasil

contava com 90,6 milhões de mulheres com 14 anos ou mais, das quais apenas 47,8 milhões estavam inseridas na força de trabalho. Dentre essas, 39,9% recebiam até um salário-mínimo, e a taxa de informalidade entre as mulheres negras era de 41,9%, contra 32,6% entre as não negras.

Quanto ao espaço acadêmico, pretende-se ampliar debates sobre gênero e trabalho informal na administração, desmembrando o mito do empreendedorismo como solução para a informalidade. Além disso, pretende-se propagar uma nova perspectiva para que haja a criação de programas que combatam a precarização, garantindo direitos às feirantes.

A motivação para a escolha dessa temática foi de cunho pessoal, tendo em vista que, ao observar a vivência da família da autora deste estudo, que no geral trabalha direta ou indiretamente com a Feira da Sulanca, identificou-se que é necessário estudos acerca da percepção do empreendedorismo e da informalidade, trazendo o recorte de gênero.

Estudos anteriores sobre a Feira da Sulanca, como o de Burnett (2014), mostram a informalidade e as raízes históricas do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. Silva (2016), destacou a invisibilidade das mulheres frente às dinâmicas de reconhecimento e valorização, reforçando a conexão entre gênero e precariedade. Milanês (2020) e Andrade (2022) versam sobre o auto empreendedorismo feminino na região, que, embora seja uma estratégia de subsistência, aprofunda desigualdades de gênero. Contudo, essas pesquisas não exploram com profundidade como as próprias feirantes interpretam o empreendedorismo, especialmente no que tange à relação deste entre a precariedade. É nessa lacuna que este estudo se insere, ampliando o debate na área de Administração.

Desta forma, o estudo busca contribuir para a ampliação do conhecimento acerca do empreendedorismo feminino no contexto informal, fomentar debates que possam orientar futuras intervenções acadêmicas e promover políticas públicas frente ao contexto do capitalismo brasileiro.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, são apresentados autores e estudos que permitem compreender a realidade das feirantes.

### 2.1 O MERCADO DE TRABALHO NA ATUALIDADE

O trabalho, sendo um dos pilares da humanidade, é resultado da nossa interação com a natureza a fim de obter-se recursos para suprir nossas necessidades, perspectiva discutida por Alves, Gonçalves e Costa (2017). Ou seja, o homem inventou o trabalho para conseguir usufruir dos recursos naturais, em prol de comodidade. Por sequência, o trabalho no coletivo – grupal – foi resultado da necessidade e facilitação de se chegar ao objetivo – produção de bens ou prestação de serviço – de forma mais eficaz e eficiente, até se chegar na exploração do homem pelo homem.

Dito isso, o estudo das relações de trabalho presentes no mercado atual é de suma importância, tendo em vista que o alcance de objetivos se dá por meios – processos – nos quais os seres humanos se relacionam e estão interligados. Ou seja, há a notória existência da interdependência dos indivíduos no espaço de trabalho.

Nesse contexto, mesmo com a promulgação da Constituição de 1988 e a conquista dos Direitos Trabalhistas não se extingue o fato de que a sociedade brasileira possui raízes que tornam a desigualdade social em algo estrutural. Além de que, como já apontado por Cacciamali (2000), a informalidade no Brasil não é um fenômeno recente, mas sim uma característica estrutural do mercado de trabalho, que antecede as reformas neoliberais e expressa desigualdades históricas.

Dito isso, a instabilidade política do país ao longo dos anos gerou alterações significativas na organização e nas relações de trabalho, que por sua vez, tornou difícil a identificação e compreensão efetiva dos impactos de tal instabilidade (Fleury; Fischer, 1992).

Assim, o mercado de trabalho contemporâneo, versado por Krein (2022), é demarcado pela precarização, pela desigualdade e principalmente pela alta taxa de informalidade, tendo uma maior expressão em economias como a brasileira – periférica.

No Brasil, no ano de 2017, aconteceram as desregulamentações trabalhistas por meio da denominada Reforma Trabalhista, como versa Krein e Vêras De Oliveira (2019). Com a aprovação dessa Reforma de 2017 (Lei nº 13.467/2017), os autores discutem sobre como a flexibilização das relações de trabalho impactaram o país, tendo em vista que essa reforma

ampliou a flexibilização das relações entre capital e trabalho, resultando em uma precarização do trabalho formal, com a redução de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores como jornada de trabalho, banco de horas e remuneração especificados em lei.

Além disso, a terceirização foi outro fator para consagrar a reforma como meio de precarização, haja vista que se permitiu a terceirização irrestrita, o que aumentou a instabilidade e a insegurança no emprego. Ademais, houve outros retrocessos trabalhistas, como a limitação do acesso à Justiça do Trabalho, a diminuição do poder de fiscalização do Estado e a fragilização das normas de saúde e segurança no trabalho, alimentando, como consequência, o desemprego e a informalidade.

Assim, é possível compreender que a precarização e a flexibilização no atual momento do mundo do trabalho brasileiro são reflexos das reformas trabalhistas e dos avanços tecnológicos.

Em se tratando desse último, nota-se cristalinamente a influência na disseminação de ideais de independência financeira por meio do empreendedorismo. Ainda segundo Krein (2022), no Brasil, políticas públicas estimulam o empreendedorismo como solução para o desemprego, promovendo, assim, o ilusório juízo de que os trabalhadores são os responsáveis pelo próprio sucesso no mercado de trabalho. Todavia, essa lógica ignora as desigualdades estruturais e as condições adversas enfrentadas pelos pequenos empreendedores.

A Informalidade surge como uma estratégia para sobrevivência daqueles que não conseguem empregos formais no mercado de trabalho. Essa forma de esquiva ao desemprego acontece apenas com a população mais vulnerável e carente, agravando ainda mais a situação de precarização dos meios de trabalho gerada pelas mudanças supracitadas. Assim, a realidade de pobreza e a necessidade de subsídio/sustento faz com que esse contingente de trabalhadores se submeta à precariedade do trabalho informal/autônomo (Antunes, 2014).

Outro aspecto relevante a se debater sobre o mundo atual de trabalho é a persistência da desigualdade quanto ao acesso às oportunidades de trabalho. Mulheres, por exemplo, continuam sendo uma das minorias mais afetadas pela precarização e pelo desemprego. No entanto, em resposta a esse cenário, foi sancionada a Lei nº 14.611/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, instituindo medidas de transparência e fiscalização como instrumentos de correção das desigualdades.

Assim, entende-se que a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro sempre foi marcada por uma desorganização estrutural, com altos índices de informalidade e baixos salários. A reforma trabalhista e a crescente adoção de novas formas de trabalho ampliaram ainda mais essa desigualdade.

Isto posto, o mercado de trabalho muda em decorrência do tempo e localidade, e com isso, há a necessidade da adequação proporcional às mudanças de cenário. Entretanto, o progresso, até os dias atuais, foi escorado no trabalho exploratório – poder e riquezas sustentadas pelo trabalho braçal –, havendo o aprofundamento da exploração e da vulnerabilidade dos trabalhadores. Nesse contexto, a motivação/combustível para que o indivíduo continue se submetendo a uma situação precária, exaustiva e até nociva de trabalho tem relação com o subsídio do homem, com a necessidade de sobrevivência.

### **2.1.1 As mulheres no mercado de trabalho**

No cenário atual, “vários atributos pessoais determinam a participação de um trabalhador no mercado de trabalho: sexo, educação, idade, situação familiar, locação geográfica, ocupação, situação socioeconômica” (Rodgers, 2021, p. 265). Entretanto, o sexo e o gênero precisam ser diferenciados, no qual esse último está relacionado às diferenças construídas socialmente entre os sexos – variam de acordo com cultura e geração – e não com questões biológicas.

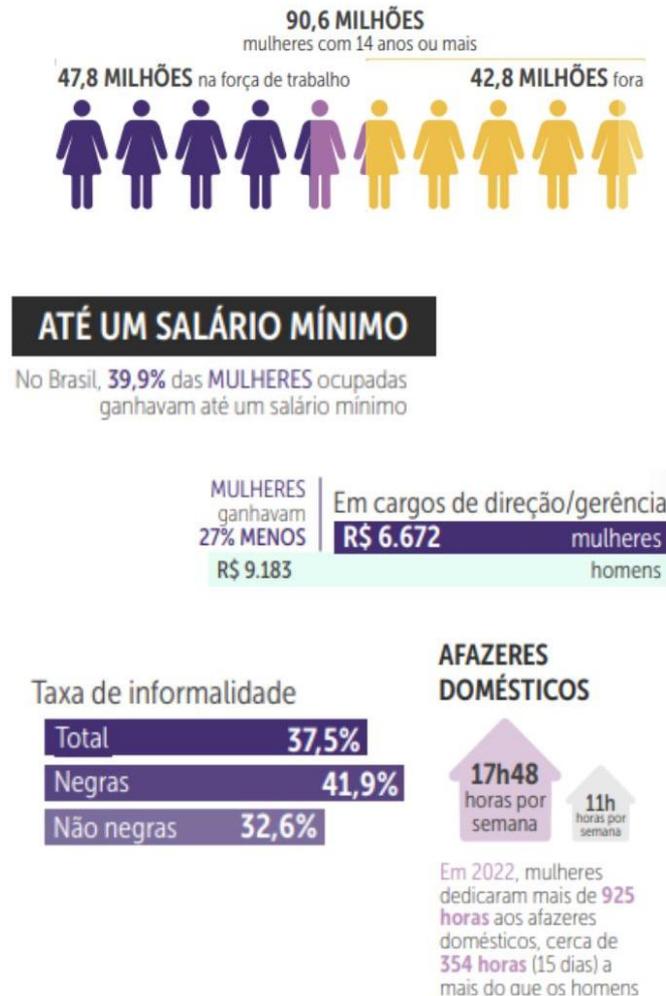
Dito isso, historicamente, as mulheres sempre foram circundadas por costumes patriarcais. A principal consequência desse contexto é a inegável dominação e dependência feminina frente a figura masculina levando em consideração que, por muito tempo, o homem foi visto como chefe da família, sendo o responsável por prover o sustento de casa, enquanto para a mulher ficava o papel da responsável por satisfazer as vontades dos homens (Back et al., 2012). Desta forma, criou-se um ciclo em que gerações de mulheres fizeram parte, gerando consequências até os dias de hoje, inclusive no mercado de trabalho.

No Brasil, dentre todas as mulheres aptas a integrarem o mercado de trabalho, apenas 54,6% delas estavam trabalhando em 2023, enquanto o percentual dos homens foi de 73,4% (IPEA, 2023). Frente a esses dados, apenas 38% dos cargos gerenciais no Brasil são ocupados por mulheres, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2021).

Um dos determinantes da inserção ao mercado de trabalho é o nível de instrução, influenciando na renda, no cargo e no status do trabalhador, como versa Rodgers (2021). No entanto, segundo a autora, o grau educacional parece ter mais influência sobre a integração das mulheres no mercado de trabalho do que sobre a dos homens. Com isso, subentende-se que as mulheres precisam provar seu valor e o seu nível de instrução mais do que os homens.

Abaixo, na figura 1, estão discriminados dados relativos às mulheres no mercado de trabalho brasileiro no 4º trimestre de 2023, de acordo com a Pnad Contínua/IBGE (2024):

Figura 1 – As mulheres no mercado de trabalho brasileiro



Fonte: Adaptado de DIEESE (2024).

O infográfico (figura 1) destaca a desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro no último trimestre de 2023. Dos 90,6 milhões de mulheres com 14 anos ou mais, apenas 47,8 milhões estavam na força de trabalho. Além disso, cerca de 39,9% das mulheres ocupadas recebiam até um salário-mínimo, revelando a precarização da inserção feminina. Ademais, enquanto homens em cargos de direção ganhavam, em média, R\$ 9.183, as mulheres recebiam R\$ 6.672. Ou seja, 27% a menos que os homens. Além disso, a informalidade é maior entre mulheres negras (41,9%) do que entre mulheres não negras (32,6%).

Por fim, também há de se falar no acúmulo de tarefas domésticas enfrentado pelas mulheres, existindo uma evidente sobrecarga denominada dupla jornada de trabalho. Essa dupla jornada de trabalho configura-se como clara consequência da desigualdade de gênero. O infográfico (figura 1), mostra que as mulheres dedicam cerca de 17h48 semanais aos afazeres domésticos, enquanto os homens dedicam 11h semanais.

## 2.2 O EMPREENDEDORISMO NO MUNDO ATUAL E SUAS CONEXÕES COM A INFORMALIDADE

O empreendedorismo é vendido como um meio de se obter privilégios no qual o emprego formal nunca vai oferecer, como a ascensão social, além de ser um meio de política pública de combate à informalidade. Ou seja, um caminho para o sucesso e para longe das desvantagens do trabalho formal e informal.

De acordo com o Global Entrepreneurship Monitor – GEM (2024), o Brasil possui uma das maiores taxas de Empreendedores em Estágio Inicial (TEA) do mundo, indicando um ambiente propício ao empreendedorismo.

Em 2008, com a Lei Complementar nº 128, o trabalhador informal passou a se formalizar ao ser associado ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Assim, surgiu a figura do Microempreendedor Individual (MEI), que ganhou popularidade devido à facilidade de formalização e sendo um mecanismo de contorno da informalidade. Políticas públicas também têm incentivado essa prática, com programas de financiamento, regulações favoráveis e recursos acessíveis para pequenas empresas: “Para atingir esse fim, o governo brasileiro reduziu os encargos burocráticos e tributários, de maneira que se tornasse atrativo aliar a formalização individual ao pagamento de tributos” (Rosenfield, 2015, p. 118).

Contudo, em harmonia com a autora Cacciamali (2000), ao se colocar uma lupa sobre o assunto, fica inteligível que o empreendedorismo pode ser entendido como uma expressão da informalidade, tendo em vista que é uma manifestação que vai além da relação capital e trabalho no âmbito do emprego formal, aparecendo mais como uma imposição do que como uma escolha.

Na década de 90 verificou-se, no Brasil, algumas transformações no capitalismo devido a uma nova segmentação internacional do trabalho, conceituado por Antunes como “redesenho da divisão internacional do trabalho e do capital” (2014, p. 12). Tanto que, na década de 1990 observou-se altas taxas de desemprego no Brasil, havendo uma grande expansão do setor das micro e pequenas empresas, consoante a autora Cacciamali (2000).

Frente a essa situação, o impacto se deu em desregulamentações no mercado de trabalho, não apenas no Brasil, mas no mundo. Ainda segundo o autor Antunes (2014), um dos motivos para essa reestruturação produtiva acontecer no cenário brasileiro foi a instauração de novos padrões inspirados no Toyotismo, através de subsidiárias de empresas estrangeiras localizadas no Brasil, “mas com a ressalva de que o mercado de trabalho no país sempre foi flexível” (Rosenfield, 2015, p. 117).

Com isso, esse processo de reestruturação produtiva do capital foi feito às custas dos trabalhadores, a fim de se aumentar a competitividade e, conseqüentemente, os lucros dos capitalistas. Deste modo, o resultado foi a informalização, havendo o crescimento de relações de trabalho desregulamentadas – distantes da legislação brasileira. Assim, a informalidade é resultado da precarização do trabalho, e o empreendedorismo, por sua vez, é uma consequência da informalidade (Antunes, 2014).

Na prática, para os capitalistas e para o Estado, não é mais tão vantajoso manter a rigidez das relações de trabalho, como ocorria no sistema fordista. Até o período do fordismo, o trabalho informal e a flexibilização das relações de trabalho eram vistos como obsoletos. Posto isso, o conceito neoliberal do Toyotismo foi recuperado.

Devido aos avanços tecnológicos, houve uma flexibilização que transformou o que antes era considerado atraso em algo moderno e avançado no contexto da globalização, mutando os direitos e progressos conquistados pelos trabalhadores por meio da implementação de contratos temporários, do aumento da insegurança, da terceirização e da informalidade, por exemplo (Alves, 2000).

Ademais, o empreendedorismo por necessidade, reflexo da informalidade e conceituado por Vale, Corrêa e Dos Reis (2014) como aquele motivado pela ausência de alternativas satisfatórias de trabalho e renda, estimula a competição entre os trabalhadores, que disputam a produção e a venda da mesma mercadoria no mesmo espaço econômico. O autor Machado (2006) argumenta que a ideia de empregabilidade responsabiliza o trabalhador por sua inserção no mercado de trabalho. Em vez de garantir direitos e proteções, o foco passa a ser a capacitação individual para competir em um mercado cada vez mais precarizado. Assim, o capital, que antes era uma relação desigual entre capital e trabalho, agora se transforma em uma competição entre os próprios trabalhadores.

Desta forma, é mais vantajoso transformar trabalhadores em falsos patrões, que atuam sem vínculos ou proteção social, sujeitos aos valores do trabalho ditados pelos capitalistas. No entanto, essa descaracterização do emprego não eliminou as relações de trabalho, apenas as precarizou, ignorando sua existência.

Ainda de acordo com Machado (2006), a informalidade é vista como uma forma de reduzir custos e aumentar a flexibilidade para o capital. Isso ocorre porque o Estado regula as empresas para evitar a formalização do emprego como custo de produção, utilizando aparatos legais. Deste modo, em suma, trabalhar por conta própria é incentivado pelo Estado como sendo uma vantagem para o assalariado, mas quem realmente se beneficia são os donos de capitais,

que usufruem de mão de obra barata, como afirma Cacciamali (2000), e o próprio Estado, que mascara a alta taxa de desemprego (Rosenfield, 2015).

Assim, deduz-se que o objetivo desse modelo de negócios é quebrar o vínculo empregatício com os trabalhadores e romper qualquer relação de responsabilidade social, uma trajetória que remonta ao Toyotismo, como já mencionado. Deste modo, fica claro que o empreendedorismo desempenha papel fundamental para apertar as amarras invisíveis do capital e do Estado sobre o trabalhador, aprofundando as desigualdades sociais, surgindo, por sua vez, a negação sistemática dos direitos básicos dos trabalhadores por meio da precarização do trabalho.

Além disso, o empreendedorismo, muitas vezes fantasiado de oportunidade, autonomia e liberdade econômica, tem sua função delimitada pelo capital, considerando que ele, necessita de espaço no mercado. Por isso, o empreendedorismo, vendido com discursos abstratos como "aposte em seus sonhos", exige, antes de tudo, um espaço econômico que não é concedido aos trabalhadores, já que boa parte do espaço mercadológico é tomado pelo capital, sendo quase impossível a competição justa entre capitalistas e empreendedores. Desta maneira, não basta ter meios e ideias, é crucial que haja um público consumidor – uma demanda (Rosenfield, 2015). Caso contrário, torna-se impraticável, resultando em perda de tempo, recursos e rebaixamento do valor da mão de obra.

Dito isso, um dos discursos para a defesa dessa prática é a pregação da meritocracia, onde se afirma que cada um deve conquistar seu próprio lugar. No entanto, esse lugar já é pré-determinado e imposto de acordo com o poder aquisitivo, destinado aos mais pobres o papel de explorado.

Com isso, esse viés político se apoia em uma narrativa de igualdade, no qual todos são considerados iguais e capazes de se tornar agentes econômicos no mercado, mas como todos podem ser iguais se é necessário produzir mercadorias? Quem, então, irá produzir? Assim, a ideia de que "agora todo mundo pode ser seu próprio patrão" é ilusória e desonesta, uma vez que o trabalho assalariado permanece como a base do capitalismo. Isto é, o capitalismo é um sistema que depende do trabalho, pois não existe capital sem ele. No entanto, há trabalho sem capital.

Desta forma, culturalmente, há uma explícita valorização do empreendedorismo no Brasil. No entanto, a realidade dos trabalhadores informais, como os feirantes, revela uma situação de precariedade. Assim, os impactos da informalidade, trajada de empreendedorismo, representam um impasse nas relações de trabalho, perpetuando desigualdades e precariedade.

Além disso, o trabalho autônomo, frequentemente apresentado como empreendedorismo, é, na realidade, uma forma de servidão e exploração disfarçada, além de ser uma maneira de romper com as relações tradicionais de trabalho, carregando implicações ideológicas que pregam uma falsa igualdade e cancelam a luta de classes, ocultando-a sob essa ideia de empreendedorismo.

Portanto, a informalidade, trajada de empreendedorismo, é um reflexo da falta de oportunidades e da necessidade de sobrevivência. Embora muitos vejam o trabalho informal como uma chance de mudar de vida, ele está longe de ser uma solução efetiva.

### **2.2.1 O (auto)empreendedorismo na vida das mulheres**

Entre as formas emergentes de inserção pelo trabalho, destaca-se o auto empreendedorismo como objeto emblemático de uma relação de trabalho em substituição a uma relação de emprego, uma vez que se tornar empreendedor de si significa uma forma de distensão da relação de emprego (Rosenfield, 2015, p. 116).

Tomando como base esse conceito de auto empreendedorismo, no Brasil, o empreendedorismo feminino vem apresentando crescimento significativo nos últimos anos. A pesquisa realizada pelo Global Entrepreneurship Monitor – GEM (2024) revelou que, dos 47,7 milhões de brasileiros com intenção de empreender até 2026, 54,6% são mulheres.

Conforme pesquisa feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae (2022), baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no terceiro trimestre de 2022, havia 10,3 milhões de mulheres à frente de empreendimentos no Brasil, representando 34,4% do total de donos de negócios no país.

Para mais, de acordo com Rosenfield (2015), alguns trabalhadores encontram no auto empreendedorismo um refúgio para quem procura liberdade, sendo encarado como uma porta de entrada para o reconhecimento institucional da atividade informal. Assim, pode-se interpretar que o auto empreendedorismo aparece como uma oportunidade para essas mulheres conseguirem se manter. No entanto, o estudo realizado por Milanês (2020), mostra que muitas empreendedoras começaram na infância, ajudando as famílias, o que reflete uma tradição de trabalho familiar, não tendo como motivação a autonomia.

Segundo o relatório técnico do Sebrae sobre o Empreendedorismo Feminino, divulgado em março de 2024, o perfil das mulheres donas de negócios no Brasil é de 49,8% das empreendedoras se declaram negras, 41,3% possuem ensino médio completo, enquanto 20,5%

têm ensino fundamental completo, a maior participação feminina no empreendedorismo está entre mulheres de 30 a 39 anos, 52,1% das donas de negócios são responsáveis pelo domicílio. Porém, 75% das mulheres relataram sentir-se sobrecarregadas ao conciliar a gestão do negócio com cuidados familiares, em confronto com 55% dos homens que relataram a mesma sensação.

Um exemplo disso é que as mulheres, que desempenham papel fundamental no setor de confecções do Polo de Confecções do Agreste, muitas vezes conciliam a produção doméstica de roupas com os negócios na feira. Assim, há um enfrentamento de desafios como dificuldades para acessar crédito e falta de reconhecimento por parte das mulheres auto empreendedoras (Milanês, 2020).

Além disso, o relatório "Panorama do Empreendedorismo Feminino no Brasil" aborda que a sobrecarga das mulheres com a "tripla jornada" (trabalho, casa e filhos) reduz o tempo disponível para a gestão dos negócios, mostrando que as mulheres sempre estarão em desvantagem em relação aos homens, mesmo não se tratando setor formal de trabalho. Além de que, ainda segundo esse relatório, mesmo existindo uma maior presença de mulheres no empreendedorismo por necessidade, especialmente entre mulheres negras e nas regiões Norte e Nordeste, o empreendedorismo feminino muitas vezes não garante segurança financeira, pois a renda média das mulheres empreendedoras é 20% menor que a dos homens.

Assim, a visão de que a informalidade é uma forma de empreendedorismo é equivocada, pois, na realidade, essas trabalhadoras estão inseridas em ocupações de baixa produtividade, sem perspectivas de ascensão social, expostas à falta de garantias trabalhistas e condições precárias de trabalho.

### 2.3 A FEIRA DA SULANCA FUNDAC DE CARUARU/PE E O EMPREENDEDORISMO FEMININO

Versada por Olindo Almeida e cantada por Luiz Gonzaga no ano de 1957, a Feira de Caruaru virou Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 2006, com seu título revalidado em 2021 (GOV.BR, 2021), considerando que a feira faz parte da identidade da cidade e virou ponto de referência sociocultural não apenas de Pernambuco como do Brasil inteiro.

Perante o exposto, Caruaru, influente cidade do interior pernambucano, que hoje tem população de aproximadamente 378 mil pessoas, segundo o último censo do IBGE (2022), teve como berço a Feira de Caruaru. Segue abaixo (imagem 1) imagem da Feira em seus primórdios:

Imagem 1 – Os primórdios da Feira de Caruaru



Fonte: Biblioteca do IBGE, 2025. Fotógrafo: Jablonsky.

Atualmente, a feira, que se tornou atração turística pela sua grande história e pela enorme variedade de itens comercializados, é dividida, em diversas feiras livres que atendem a população de Caruaru e região, como a Feira da Sulanca, a Feira de Artesanato e a Feira de Importados.

Diante do exposto, a origem do termo Sulanca, nome dado a uma das mais conhecidas feiras de confecções do Brasil e que faz parte da Feira de Caruaru e do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, surgiu supostamente a partir de helanca, termo atribuído aos retalhos vindos do município de São Paulo para a cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE (Burnett, 2014). Diante disso, a famosa Feira da Sulanca teve suas origens no município de Santa Cruz do Capibaribe e se expandiu até a cidade de Caruaru.

Frente a isso, levando em consideração que a Feira da Sulanca tem sua história fundida com a história da Feira de Caruaru e levando em consideração também o estudo sobre “As raízes rurais da feira da Sulanca no Agreste Pernambucano” da autora Burnett (2014), para melhor entendimento e compreensão acerca dessa feira, estão dispostas no quadro 1 e 2 abaixo, informações a respeito de suas raízes até a formação de seus frutos:

Quadro 1 – Características da Feira da Sulanca de Caruaru

| EIXO TEMÁTICO             | DESDOBRAMENTO                                |
|---------------------------|--|
| Cenário                   | Agreste, mesorregião do Estado de Pernambuco |
| Atores sociais            | Famílias                                     |
| Unidade produtiva inicial | Sítios                                       |

|  |  |
|--|--|
| Costumes que sustentam a Feira da Sulanca até os dias atuais | Mercado improvisado e temporário; trabalho familiar; e migração/deslocamento |
| Lógica para produzir   | Autonomia, subsistência e herança familiar                                   |

Fonte: Adaptado de Burnett (2014).

Quadro 2 – Frutos da Feira da Sulanca de Caruaru

| CRONOLOGIA   | ASPECTO  |
|--|--|
| Incorporando o que Conhecemos Hoje como Feira da Sulanca: década de 50 | Aspecto 1: a fim de sobreviver às dificuldades em épocas de estiagem, foi adotado a tática de focar na atividade produtiva de costura e retalhos como forma de desenvolver uma renda complementar ao sítio, difundindo-se assim, através das feiras livres, o setor de roupas. |
|  | Aspecto 2: essa produção familiar, domiciliar e improvisada sofreu transição para o meio urbano, porém, ainda com ligação com a zona rural por meio das terras herdadas nos sítios.  |
|  | Aspecto 3: o público-alvo inicial eram as pessoas com baixo poder aquisitivo, assim, para manter o preço acessível, o foco era a alta quantidade produzida paralela à baixa qualidade das peças.   |
| Versão Atual da Feira da Sulanca: novos moldes                         | Diante do crescimento e relevância da feira na região, a Feira da Sulanca teve notório desenvolvimento nos anos 2000, obtendo reconhecimento nacional diante da qualidade das peças produzidas e comercializadas.  |

Fonte: Adaptado de Burnett (2014).

A obra de Pereira, Pereira, Braga e Freire (2021), torna compreensível a evolução do Polo de Confecções do Agreste pernambucano, situado nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru: o setor confecções, indo ao encontro do que foi versado por Burnett (2014), começou informalmente entre as décadas de 1940 e 1950 e se expandiu ao longo dos anos, mantendo o uso intensivo de mão de obra informal, condições precárias de trabalho e vínculos trabalhistas frágeis. Ainda segundo os autores Pereira, Pereira, Braga e Freire (2021), a modernização recente do setor envolveu a tentativa de formalização dos negócios, incentivos estatais e melhorias na infraestrutura, mas sem eliminar a forte presença da informalidade. Diante disso, é possível perceber que há uma predominância da informalidade, onde observa-se salários baixos, condições de trabalho instáveis e pouca proteção social no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco.

Conforme Burnett (2014), as atividades laborais praticadas em torno do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco passaram por mudanças ao longo dos anos: no início, existia o trabalho de retalheiros, que coletavam retalhos de tecidos descartados pelas indústrias têxteis de Recife e, posteriormente, de São Paulo; a costura e produção de peças de Roupas, que

dura até os dias atuais, desempenhava papel central na produção de peças de roupa a partir dos retalhos, a produção era inicialmente doméstica e artesanal; os chamados sulanqueiros eram vendedores ambulantes que viajavam por diferentes regiões do Nordeste para vender as confecções produzidas em Santa Cruz do Capibaribe; e os trabalhadores que participavam ativamente das feiras, vendendo suas confecções e expandindo suas redes de contatos comerciais. Deste modo, desde os primórdios do Polo de Confecções a informalidade se faz presente em praticamente todos os trabalhos que circundam as feiras existentes nesse Polo.

Atualmente, a Feira da Sulanca de Caruaru está localizada no Parque 18 de Maio – no terreno Fundac (Fundação da Criança e do Adolescente) –, situado no bairro Petrópolis, como mostra a imagem 2 identificada a partir de uma captura de tela do Google Maps:

Imagem 2 – Localização e dimensão da Feira da Sulanca de Caruaru



Fonte: Adaptado do Google Maps (GOOGLE, 2024).

A Sulanca de Caruaru, setor da Fundac, que atualmente funciona às quintas-feiras, das 12h às 22h, e às sextas-feiras, das 4h às 13h, tem evidente influência na economia do município e em toda a mesorregião do Agreste, dado que possui grande impacto na vida de milhares de famílias que sobrevivem por meio da renda obtida através das atividades ligadas direta ou indiretamente à feira. Segundo matéria da Folha de Pernambuco (2024), a referida feira movimentava, num período curto de 24 horas, cerca de 80 milhões de reais, evidenciando assim o seu reflexo em toda comunidade. Assim, há uma diversidade de trabalhadores que obtêm sustento por meio direto dessa feira que faz parte do grande polo de confecções do Agreste, como feirantes, ambulantes e carroceiros.

Com isso, nota-se que, indo ao encontro do estudo de Sá (2010), a informalidade permeia esse cenário de feira, observando-se que ela pode ser vista como um tipo de mercado periférico inerente ao capitalismo contemporâneo.

Além disso, com a expansão do Polo de Confecções, muitos trabalhadores passaram a se envolver em atividades mais organizadas e empresariais. Os antigos sulanqueiros e retalheiros passaram a ser vistos como empreendedores, e a produção da Sulanca foi gradualmente integrada a um modelo mais industrializado e comercial (Burnett, 2014).

O boletim do Observatório Econômico do Conselho Regional de Economia (CORECON), assinado por vários autores, afirma que, em se tratando da figura do MEI (microempreendedor individual) no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, no ano de 2020 houve uma maior participação nas atividades econômicas no geral, do que no comércio de confecção especificamente. Caruaru, por exemplo, apresentou 18.087 cadastros em atividades econômicas gerais, frente a apenas 3.839 cadastros no setor de confecções (Pereira; Pereira; Silva, 2020). No entanto, não deixa de ser um número expressivo de cadastros na área de confecções, mostrando que existe uma busca pelo trabalho autônomo formalizado nesse setor.

O auto empreendedorismo surge como uma alternativa de esquivar do declínio das relações tradicionais de emprego (Rosenfield, 2015). Dito isso, trabalhar por conta própria, especialmente em setores como o da Feira da Sulanca de Caruaru-PE, pode envolver desafios como instabilidade financeira, falta de proteção social e dificuldades de acesso a recursos, ainda mais para as mulheres empreendedoras. Assim, é de suma importância a discussão sobre a percepção das mulheres que empreendem no cenário do Agreste Pernambucano, especificamente feirantes que atuam na Feira da Sulanca Fundac, de Caruaru-PE.

A autora Pereira (2019) evidencia em seu estudo que o programa MEI mascara a informalidade e transfere toda a responsabilidade de sobrevivência para as mulheres empreendedoras. Segundo a autora, o MEI não resolve a informalidade, tendo em vista que muitas trabalhadoras permanecem em situação de vulnerabilidade, além de que, muitas delas não conseguem pagar regularmente o MEI, ficando, desta forma, sem os benefícios previdenciários. Diante disso, a modernização do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano vela a realidade trazida pela informalidade. Ou seja, por mais que o MEI seja vendido como solução para a formalização do trabalho, ele contribui com precariedade do trabalho feito por mulheres em situação de vulnerabilidade.

A pesquisa realizada por Andrade (2022), por exemplo, que investiga o trabalho informal nas fábricas de jeans em Caruaru, Pernambuco, mostra que muitos trabalhadores por

conta própria enxergam o auto empreendedorismo como uma forma de autonomia e liberdade, embora essa percepção, muitas vezes, oculte uma realidade de subordinação e controle por parte dos contratantes. Segundo Milanês (2020), o desejo de ser patrão presente no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, e conseqüentemente presente na Feira da Sulanca, está fortemente ligado à história da região e à falta de oportunidades formais de emprego.

A autora Burnett (2014) versa sobre a informalidade ser uma característica marcante do setor de confecções no Agreste Pernambucano, com raízes históricas que remontam à década de 1950, quando a região começou a se destacar na produção de roupas a partir de retalhos. Esse contexto influencia a forma como o trabalho é organizado e como os trabalhadores, especialmente as mulheres, se inserem no mercado. Com isso, a feira tem um papel essencial na inclusão dessas mulheres no mercado de trabalho, especialmente em um contexto de baixa escolaridade e poucas oportunidades formais (Milanês, 2020).

De acordo com a autora Milanês (2020), por mais que algumas empreendedoras consigam crescer e alcançar maior estabilidade, muitas ainda vivem sob forte pressão financeira e instabilidade econômica, mostrando os desafios e as contradições dessa forma de trabalho no Agreste Pernambucano, como baixa remuneração; condições precárias de trabalho, como falta de direitos trabalhistas; jornadas exaustivas – com pouca separação entre o ambiente doméstico e o laboral, nos casos das trabalhadoras no contexto das facções; rendimentos variáveis; em alguns casos, subordinação aos contratantes que controlam os prazos e o pagamento; alta responsabilidade pela gestão do negócio e pela organização do trabalho, ao mesmo tempo em que lidam com as demandas domésticas; precariedade estrutural, como falta de banheiros, segurança e infraestrutura adequada; dificuldades para acessar crédito e financiamento para expandir seus negócios; falta de proteção e seguridade social, as colocando em situação de vulnerabilidade, especialmente na velhice; e a falta de reconhecimento (Andrade, 2022; Milanês, 2020; Silva, 2016). Esses dados evidenciam como o trabalho das mulheres no contexto da Feira da Sulanca de Caruaru-PE é um exemplo não só de auto empreendedorismo feminino, mas também de luta contra a precarização e a desigualdade.

Assim, o empreendedorismo no Agreste Pernambucano perpassa o papel de atividade econômica: é um fenômeno social e cultural (Milanês, 2020), onde as mulheres são fundamentais para a economia local, atuando desde a produção até a comercialização de produtos (Silva, 2016), apesar dos desafios. Porém, o discurso do empreendedorismo como alternativa ao emprego formal esconde a precariedade que acompanha essa realidade, especialmente para grupos vulneráveis, como mulheres em situação de pobreza. No caso das feirantes da Feira da Sulanca de Caruaru, por exemplo, a informalidade, a ausência de proteção

social e a instabilidade econômica impõem desafios significativos. Muitas dessas trabalhadoras enfrentam jornadas exaustivas, sem garantias de renda mínima, sendo pressionadas pela concorrência e pela necessidade de reduzir custos (Krein, 2022), e muitas vezes não possuem consciência disso.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tratará sobre as abordagens, os métodos, as técnicas e as estratégias adotadas para a coleta e análise de dados.

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Segundo o autor Creswell (2007), ao se escolher como método de investigação a pesquisa qualitativa, “o pesquisador coleta dados emergentes abertos com o objetivo principal de desenvolver temas a partir dos dados” (p. 35). Isto posto, a presente pesquisa se apossará desse conceito para delinear o estudo sobre a caracterização da percepção das mulheres feirantes/empreendedoras da Feira da Sulanca Fundac, em Caruaru-PE, sobre o empreendedorismo feminino e suas contradições, a fim de captar o perfil, as rotinas e as condições de trabalho dos sujeitos. Assim, para que haja um mapeamento quanto à visão das feirantes em relação ao empreendedorismo, a produção do material empírico, que dará base para toda a análise posterior, será possível ao se utilizar a abordagem de pesquisa de campo – quanto aos meios –, a fim de se realizar uma investigação empírica no locus da pesquisa, e a abordagem descritiva – quanto aos fins –, a fim de expor algumas características desse universo quanto ao empreendedorismo feminino, como justifica o autor Vergara (2000).

#### 3.2 SELEÇÃO DOS SUJEITOS

O presente estudo foi realizado no Polo de Confecções do Agreste, especificamente na Feira da Sulanca Fundac, localizada em Caruaru-PE. Já os sujeitos, que possuem os elementos de objeto de estudo, foram mulheres feirantes.

Em se tratando dos sujeitos da pesquisa, foram selecionadas 10 (dez) mulheres feirantes, por possuírem boxe ou banco na Feira da Fundac e por conveniência e acesso. Ou seja, pelo fato de que a autora deste trabalho tinha conhecimento prévio no núcleo familiar de 5 (cinco) feirantes. Em relação às outras 5 (cinco), foi utilizado a técnica de bola de neve, tendo em vista que algumas mulheres feirantes do núcleo familiar da autora indicaram as outras 5 (cinco) mulheres feirantes.

#### 3.3 PRODUÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO

Para esta pesquisa, os métodos de coleta de dados adotados foram a entrevista, que é “[...] uma interação verbal, uma conversa, um diálogo, uma troca de significados, um recurso para se produzir conhecimento sobre algo” (Vergara, 2009, p. 3), e o registro de materiais visuais (fotografias).

Para a realização das entrevistas, foi utilizado um roteiro individual, onde as entrevistas aconteceram por meio de uma entrevistadora para uma única entrevistada, utilizando a técnica semiaberta, de forma que a estrutura do roteiro evidenciasse a opinião e o grau de informação das entrevistadas, e semiestruturada (Vergara, 2009; Vergara 2000).

As entrevistas aconteceram de forma física/presencial e o roteiro foi dividido em quatro blocos trazendo como tema o perfil da entrevistada, suas experiências no mundo do trabalho, sua rotina e condições de trabalho na atualidade e sua percepção quanto ao empreendedorismo. Cada bloco se tratava de uma pauta a ser visitada em consonância com os objetivos específicos desta pesquisa.

Antes da realização das entrevistas, houve uma apresentação prévia para as entrevistadas quanto à entrevistadora e quanto ao objetivo para realização de tal entrevista. Logo após, foi apresentado à entrevistada o roteiro da entrevista de forma genérica. Antes do início de cada entrevista foi pedido a autorização para a gravação de voz para que fosse possível a posterior transcrição das falas de forma fidedigna.

No quadro 3 abaixo estão concentradas as informações relativas à data, ao local onde foram realizadas as entrevistas e ao tempo de duração da gravação de áudio com cada um dos sujeitos (para manutenção da ética da pesquisa, foi mantido a confidencialidade das entrevistadas/sujeitos com pseudônimo):

Quadro 3 – Fase de Coleta de Dados – Entrevista

| DATA                | SUJEITO         | LOCAL                      | DURAÇÃO DA GRAVAÇÃO |
|---------------------|-----------------|----------------------------|---------------------|
| 21 de março de 2025 | Feirante 1 (F1) | Feira da Sulanca Fundac    | 04min44             |
|                     | Feirante 2 (F2) | Feira da Sulanca Fundac    | 05min14             |
|                     | Feirante 3 (F3) | Feira da Sulanca Fundac    | 08min06             |
| 22 de março de 2025 | Feirante 4 (F4) | Feira da Sulanca Brasilit  | 10min19             |
|                     | Feirante 5 (F5) | Feira da Sulanca Brasilit  | 13min09             |
|                     | Feirante 6 (F6) | Feira da Sulanca Brasilit  | 15min11             |
|                     | Feirante 7 (F7) | Centro da Cidade (Caruaru) | 12min46             |

|  |                   |                                      |         |
|--|-------------------|--------------------------------------|---------|
|  | Feirante 8 (F8)   | Residência da entrevistada (Caruaru) | 09min29 |
|  | Feirante 9 (F9)   | Residência da entrevistada (Caruaru) | 10min36 |
|  | Feirante 10 (F10) | Fabrício da entrevistada (Caruaru)   | 10min18 |

Fonte: Autoria própria, 2025.

No dia 04 de abril de 2025 ocorreu a fase observacional, com registros fotográficos, na qual se encaixa como material primário, complementando assim a coleta de dados. Foram solicitadas para as 10 (dez) entrevistadas a autorização para os registros fotográficos. Com a autorização, os registros foram feitos para mostrar os boxes/bancos das feirantes entrevistadas.

### 3.4 ANÁLISE DO MATERIAL

A análise de dados sendo, segundo o autor Creswell (2007), um processo que consiste em extrair sentido dos dados e imagens colhidas durante a fase de coleta de dados, no presente trabalho, após a transcrição das entrevistas por meio do sítio eletrônico do Gladia, foi construído um quadro com a estruturação das falas coletadas durante as entrevistas correlacionando-as com suas respectivas temáticas, categorizando, desta forma, os elementos em comum, seguindo a definição traçada por (Minayo, 2007). Assim, foi possível uma melhor interpretação dessas falas, encaixando-as com o debate do referencial teórico, e a explícita ligação com os objetivos específicos desta pesquisa. Além disso, com as imagens registradas, foi possível analisar as condições físicas de trabalho vivenciadas pelas feirantes.

### 3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

No que tange à limitação do presente estudo, não foi possível recorrer a mais mulheres feirantes (entrevistadas) para um maior aprofundamento do estudo, pelo tempo curto entre a coleta de dados (fase das entrevistas) e a submissão deste trabalho à banca examinadora.

## 4 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Este capítulo apreciará, tratará e interpretará todo material empírico colhido na fase de coleta de dados.

### 4.1 PERFIL DAS ENTREVISTADAS E SUAS EXPERIÊNCIAS NO MUNDO DO TRABALHO

As 10 entrevistadas, mulheres feirantes da Feira da Sulanca Fundac de Caruaru-PE, apresentaram um perfil diversificado, marcado por traços de vulnerabilidade socioeconômica e precariedade. Conforme Rodgers (2021), atributos como gênero, escolaridade e situação familiar são determinantes para a inserção no mercado de trabalho, indo ao encontro do grupo de feirantes analisado, conforme pode ser visto no quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Perfil das Entrevistadas

| ENTREVISTADA | IDADE | GÊNERO   | ESTADO CIVIL | FILHOS | ESCOLARIDADE                             |
|--------------|-------|----------|--------------|--------|--|
| F1           | 49    | Feminino | Solteira     | 3      | Fundamental incompleto                   |
| F2           | 19    | Feminino | Solteira     | 0      | Superior incompleto (cursando)           |
| F3           | 28    | Feminino | Solteira     | 0      | Superior incompleto (cursando)           |
| F4           | 49    | Feminino | Casada       | 1      | Ensino médio completo                    |
| F5           | 48    | Feminino | Casada       | 2      | Ensino médio completo                    |
| F6           | 51    | Feminino | Solteira     | 1      | Ensino médio completo                    |
| F7           | 47    | Feminino | Casada       | 2      | Ensino médio incompleto                  |
| F8           | 46    | Feminino | Solteira     | 1      | Ensino médio completo                    |
| F9           | 61    | Feminino | Casada       | 4      | Superior completo (História e Pedagogia) |
| F10          | 39    | Feminino | Casada       | 4      | Fundamental completo                     |

Fonte: Dados coletados, 2025.

Quanto ao determinante idade, a faixa etária das entrevistadas variou entre 19 e 61 anos, com predominância na faixa dos 40 aos 49 anos de idade (5 das entrevistadas), aproximando-se ao dado do Sebrae (2024) sobre a maior participação de mulheres de 30 a 39 anos no empreendedorismo. Já em relação à escolaridade, na maioria dos casos, quanto maior o número de filhos menor o grau de escolaridade das entrevistadas. Nesta situação possuem apenas ensino fundamental ou médio incompleto. Rodgers (2021) também aponta que a baixa escolaridade

limita o acesso a empregos formais. A entrevistada F5 (48 anos), por exemplo, destacou: "*Meu esposo só tem a 4ª série [...] a gente entrou de cabeça na feira por necessidade*" (F5, entrevista em 22/03/2025). Já a entrevistada F7 (47 anos), que abandonou os estudos no 2º ano do médio, exemplifica: "*Meu esposo também não estudou... a gente vive do que Deus dá*" (F7, entrevista em 22/03/2025). Essa realidade reflete o cenário descrito por Krein (2022) sobre o empreendedorismo como refúgio frente ao desemprego. Além disso, a relação entre o número de filhos e o grau de escolaridade mostra a dupla jornada destacada por Back et al. (2012), uma realidade em que muitas mulheres precisam abdicar de suas vidas acadêmicas/escolares e profissionais, tendo em vista o peso da maternidade principalmente para as de baixa renda. A entrevistada F7 (47 anos), por exemplo, relatou: "*Tenho que deixar a casa organizada, almoço pronto para meus filhos [...] antes de vir para a feira*" (F7). Apenas a entrevistada F9 (61 anos) tem formação superior, o que condiz com sua trajetória como professora aposentada. Em relação ao estado civil, 5 são casadas e as outras 5 são solteiras.

No tocante às experiências de trabalho, segue quadro 5 com os dados coletados durante as entrevistas:

Quadro 5 – Experiências de Trabalho das Entrevistadas

| ENTREVISTADA | INÍCIO NA CONFECÇÃO                         | OCUPAÇÕES ANTERIORES                    | OUTRA OCUPAÇÃO ATUALMENTE      | MOTIVO PARA INICIAR O NEGÓCIO | TEMPO COMO FEIRANTE          |
|--------------|---|---|--------------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| F1           | Ajudava a madrinha (pontas de linha)        | Não                                     | Não                            | É o que sei fazer             | 30 anos                      |
| F2           | Negócio de família (desde criança)          | Não                                     | Não                            | Pagar contas                  | 5 anos                       |
| F3           | Negócio de família (desde criança)          | Não                                     | Não                            | Continuidade familiar         | Desde os 12-13 anos de idade |
| F4           | Pegando mercadoria em consignação           | Lanchonete (informal) e vendedora (CLT) | Aprendendo a costurar          | Fugir do “julgo” dos outros   | 10 anos                      |
| F5           | Necessidade (esposo com baixa escolaridade) | Não                                     | Não                            | Necessidade financeira        | 17 anos                      |
| F6           | Começou com meias há 3 anos                 | Vendas na Unimed (CLT)                  | Sim (venda de planos de saúde) | Querer crescer e ter          | 3 anos                       |

|     |  |   | como autônoma/informal)                | empresa própria  |                                       |
|-----|--|---|--|--|---------------------------------------|
| F7  | Negócio de família                                 | Ótica (CLT), depiladora e cabeleireira (informal) | Sim (depilação e cabeleireira em casa) | Ter a renda própria, além da do marido                 | Mais de 20 anos (desde os 18-19 anos) |
| F8  | Trabalhou para os outros, depois por conta própria | Agricultura, casa de família e comercio (CLT)     | Não                                    | Salário baixo e más condições nos trabalhos anteriores | 15-16 anos                            |
| F9  | Necessidade financeira e conveniência              | Professora (aposentada)                           | Não                                    | Necessidade financeira                                 | 3 anos (já foi feirante há 12 anos)   |
| F10 | Convite de uma amiga (era dona de casa)            | Não   | Não                                    | Sair da rotina   | 3 anos                                |

Fonte: Dados coletados, 2025.

Interpretando o quadro acima: a F1 atua há 30 anos na feira. Sem outros trabalhos formais, justifica: "É o que sei fazer, né?" (F1, entrevista em 21/03/2025), exemplificando a sobrevivência via informalidade (Lima; Vêras De Oliveira, 2021); a F2, a mais nova das entrevistadas (19 anos), quando perguntada como iniciou na confecção, diz que iniciou com 14 anos e: "*Através da minha família, que trabalha nisso*" (F2, entrevista em 21/03/2025), em consonância com o descrito por Milanês (2020), que versa sobre a inserção de empreendedoras na feira por meio da influência de familiares; a F3 também relatou que iniciou por meio da família, ainda criança, e nunca trabalhou em outra área além desta; a F4, que está aprendendo a costurar para aprimorar suas habilidades na confecção, relatou que já trabalhou "[...] *na área de lanches, lanchonete e já fui CLT, vendedora*" (F4, entrevista em 22/03/2025). E, para fugir do "julgo" dos outros, adentrou na confecção há 10 anos; a F5 iniciou na confecção pois se casou e teve filhos muito nova, e por isso diz que: "*O que me fez iniciar foi a necessidade de ver algumas coisas que a gente estava precisando [...]*" (F5); a F6, ex-funcionária da Unimed, iniciou na confecção há 3 anos por desejo de não se acomodar. Complementa sua renda com vendas de planos de saúde de forma informal, onde ela se descreve como autônoma; a F7, assim como a F2 e a F3, iniciou por influência da família: "[...] *foi pela minha mãe. Minha mãe já começou desde cedo no ramo de vendas de verduras, frutas e verduras. E depois eu a gente passou pro ramo de confecções*" (F7), e já está neste ramo há 20 anos. Já trabalhou em uma ótica com carteira assinada e, atualmente para complementar a renda, trabalha, também

informalmente, como depiladora e cabeleireira; a F8 relatou que, para fugir dos salários baixos e da desvalorização por trabalhar para outras pessoas, recorreu à Feira da Sulanca Fundac. Quando mais jovem já trabalhou em outras áreas: *“agricultura e já trabalhei em casa de família e trabalhei em comércio para os outros também”* (F8, entrevista em 22/03/2025); a F9 destaca que o que fez ela iniciar o próprio negócio foi *“[...] uma necessidade financeira”* (F9, entrevista em 22/03/2025), por mais que tenha outra renda, por já ser aposentada por ter sido professora; e a F10 embarcou neste mundo das confecções por meio de uma amiga que a convidou para empreenderem juntas e *“para sair um pouco da rotina de dona de casa”* (F10, entrevista em 22/03/2025).

Além disso, averigua-se que metade das entrevistadas já trabalharam com carteira assinada, por meio do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A feirante 9, de 61 anos, que é aposentada e graduada, usa a feira para complementar renda. No seu relato, *“A gente se aposenta [...] e os rendimentos também não são tantos, a inflação está muito alta”* (F9), contradiz o discurso do empreendedorismo como escolha (Machado, 2006), mostrando-o como uma estratégia para sobreviver. A entrevistada F1 (49 anos), que está há 30 anos na feira sem outros trabalhos, relata que: *“[...] é só o que sei fazer, né?”* (F1), quando questionada sobre o porquê de ter iniciado o negócio. Assim, sintetiza-se a armadilha da informalidade: a falta de oportunidade se reflete em atividades desprotegidas (Lima; Vêras De Oliveira, 2021).

Assim, a pesquisa revelou que as mulheres participantes apresentam, em sua maioria, idades entre 40 e 49 anos, com a faixa etária total variando de 19 a 61 anos. Em relação à escolaridade, identificou-se uma tendência: quanto maior o número de filhos, menor o nível de instrução. Predominam entre as entrevistadas aquelas com ensino fundamental ou médio não concluído. Ademais, apenas uma entrevistada (F9) possui ensino superior, sendo aposentada como professora. No tocante ao estado civil, houve um equilíbrio, onde cinco são casadas e cinco são solteiras. Quanto à trajetória no empreendedorismo, majoritariamente das entrevistadas adentrou a este ramo por necessidade econômica e influência familiar. Algumas, como a F1 e a F5, ressaltaram a falta de alternativas formais de trabalho como fator determinante para permanecerem na informalidade. Além disso, as experiências anteriores com empregos formais também foram significativas, onde metade das entrevistadas já trabalharam com carteira assinada. Contudo, a inserção e/ou retorno à informalidade foi impulsionado por baixos salários, desemprego ou desejo de autonomia.

## 4.2 CONHECENDO A ROTINA E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO: TRAÇOS DA INFORMALIDADE

As entrevistas revelaram aspectos marcantes da realidade enfrentada por mulheres empreendedoras no contexto da informalidade. Nesta seção, serão abordados temas como jornada de trabalho, dupla jornada, carga horária excessiva, precariedade e informalidade.

No quadro abaixo estão destacadas no quadro 6, de forma resumida, as respostas das entrevistadas quanto às rotinas e às condições de trabalho:

Quadro 6 – Rotina e Condições de Trabalho na Atualidade

| ENTREVISTADA | ROTINA DE TRABALHO  | HORAS/DIA E DIAS/SEMANA                     | TEMPO DE DESCANSO                            | PROBLEMA DE SAÚDE POR SER FEIRANTE | RENDIMENTO É SUFICIENTE                        | VARIAÇÃO NO RENDIMENTO     | BUSCOU OUTRA FONTE DE RENDA       |
|--------------|---|---|--|------------------------------------|--|----------------------------|-----------------------------------|
| F1           | Confecciona e vende   | Dom-Dom: 12h/dia                            | Não  | Não                                | Sim  | Sim                        | Não                               |
| F2           | Confecciona e vende   | Seg-Sáb: 5h/dia (12h na quinta)             | Não (só em feriados)                         | Não                                | Sim  | Sim                        | Não                               |
| F3           | Seg-Qua: produção / Qui-Sex: vendas / Sáb-Dom: acabamento                                       | Dom-Dom: +12h/dia                           | Não (estuda e trabalha)                      | Ansiedade                          | Não  | Sim                        | Vendas online                     |
| F4           | Vende no setor da Brasilit na Fundac  | Seg-Sáb: 8h/dia                             | Não  | Não (Bursite de CLT)               | Não (crise)                                    | Não (vendas sempre baixas) | Tentou (idade dificulta)          |
| F5           | Rotina flexível   | Seg-Sáb: 5h/dia                             | Sim (tarde livre)                            | Não                                | Depende (reserva para meses fracos)            | Sim                        | Sim                               |
| F6           | Abre cedo nos boxes (setor Brasilit e Fundac), concilia com as vendas online de planos de saúde | Seg-Sáb: horas variáveis (14h/dia de feira) | Sim (cuida da casa no sábado)                | Não                                | Não (complementa com venda de planos de saúde) | Sim                        | Venda de planos de saúde          |
| F7           | Organiza casa antes da feira, atende salão à tarde  | Seg-Sáb: horas variáveis                    | Mais ou menos (vai à igreja e cuida da casa) | Pressão alta (não relacionada)     | Não (meses apertados e o marido trabalha fora) | Sim                        | Depilação/Salão                   |
| F8           | Chega 7h, sai 20h (feira) / Seg-Sáb: 7h-13h30 (confeção)  | Seg-Sáb: 6-13h/dia                          | Sim (atividade física e ajuda a filha)       | Não                                | Às vezes não                                   | Sim                        | Não (acha que não tem mais idade) |
| F9           | Trabalha em casa e feira  | Seg-Sáb: 4-8h/dia                           | Não  | Não                                | Depende do mês (usa a aposentadoria)           | Sim                        | Aposentada                        |
| F10          | Seg-Qua: produção / Qui-Sex: vendas   | Seg-Sex: 12h/dia (com almoço)               | Sim (pedala e cuida da casa)                 | Não                                | Não (divide com esposo)                        | Sim                        | Não                               |

Fonte: Dados coletados, 2025.

A análise revelou dois eixos centrais, alinhados à Antunes (2014) e Rosenfield (2015): Jornadas Intermináveis e a Ilusão da Liberdade. No tocante à carga horária de trabalho, 9 das 10 entrevistadas trabalham 6–7 dias por semana, com jornadas de 8 a 12 horas por dia. Elas relataram rotinas intensas, marcadas por longas jornadas.

A entrevistada F3, a única que descreveu um problema de saúde causado por ser feirante – ansiedade –, relata que chega a trabalhar até mais de 12 horas por dia: *"Até mais de 12 horas, principalmente em períodos festivos, como São João e dezembro"* (F3, entrevista em 21/03/2025), exemplificando as jornadas exaustivas e extensas enfrentadas por estas feirantes que estão sob a luz da informalidade.

A fala da F6, por exemplo, ilustra essa realidade: *"[...] no dia de feira, que é de quinta para sexta, eu saio daqui mais tarde. Em torno de 19h e chego também às 5h da manhã [...]"* (F6, entrevista em 22/03/2025), totalizando 14 horas de trabalho em um único dia. A entrevistada F1 reforça: *"Eu trabalho de domingo a domingo, praticamente [...]"* (F1), e descreve que trabalha das 8h às 18h diariamente. Assim, observa-se que a maioria das entrevistadas trabalha em jornadas que ultrapassam 8 horas diárias, sem intervalos ou direitos trabalhistas, em uma escala de 6 por 1.

Em relação ao descanso e ao lazer, a F4 sintetiza: *"Se você tira férias, você passa fome, porque você só ganha dinheiro se você estiver trabalhando."* (F4). Já a entrevistada F9, de 61 anos e aposentada, destaca: *"[...] quando o trabalho está favorável, a gente puxa mais as horas. A gente fica sem hora marcada para voltar e a gente não tem muito, assim, um horário certo para descanso [...]"* (F9). A F2, estudante de enfermagem, relata: *"[...] como é... fabricação própria, quando não tá na feira tá confeccionando em casa. Aí, só em feriado, assim, que dá para ter uma escapada"* (F2). Essa rotina valida a autora Rosenfield (2015): a flexibilização transformou a exploração em um discurso de "ser seu próprio patrão".

Outro desafio a ser destacado é a sobrecarga decorrente da dupla jornada. As feirantes exercem seu trabalho na feira e ainda assumem a parcialidade ou, na maioria dos casos, a totalidade das responsabilidades domésticas: *"Nós desdobramos para fazer tudo, porque antes de vir para a feira eu tenho que deixar a casa organizada, almoço [...], a gente acorda cedo para deixar tudo pronto. Não é fácil, mas a gente... desdobra um pouquinho"* (F7).

Ou seja, além do trabalho em si, há o deslocamento e preparo antes e depois da feira, ampliando a carga horária total sem descanso. Essa dupla jornada corrobora com os dados do Sebrae (2024), que apontam que 75% das mulheres empreendedoras se sentem sobrecarregadas, evidenciando a persistência das desigualdades de gênero (Rodgers, 2021).

Além do mais, apesar do discurso de liberdade e autonomia, 4 das 10 mulheres entrevistadas dependem de outras fontes de renda para se manter. A F9 (2025) admitiu que daria para sobreviver só com a renda da feira, contudo não no padrão de vida que ela tem nos dias de hoje. Confirmando a crítica de Machado (2006) sobre o empreendedorismo como falsa emancipação. A entrevistada F7, por exemplo, descreve sua segunda fonte de renda: *“Ontem mesmo, quando eu saí da feira, eu já atendi salão e depilação”* (F7).

Em se tratando da instabilidade financeira, a F8 relata sobre a variação nas vendas: *“[...] tem semanas que até é um pouquinho maior que as outras. Às vezes tem um fluxo melhor que do que outras, entendeu?”* (F8). A F7, que produz suas próprias roupas, diz: *“[...] A gente acabou de conversar aqui, eu e minha menina. A semana passada foi melhor, essa semana já não foi. E aí vai oscilando. Não tem assim, por exemplo, eu recebo X toda semana. Não. Sempre vai modificando um pouco”* (Entrevistada, 2025).

Essa realidade dialoga com Antunes (2014), que associa a informalidade à subsistência, na qual o trabalhador passa por riscos no empreendimento. A entrevistada F5 complementa: *“Hoje foi vendido R\$1.500,00, amanhã pode ser vendido R\$100,00. No outro dia não pode vender nada, como já aconteceu com a gente”* (F5). Essa instabilidade, comum a 9 das 10 feirantes entrevistadas, revela o risco social transferido para o trabalhador (Rosenfield, 2015).

Todas as entrevistadas afirmaram não possuir qualquer tipo de segurança trabalhista e isso contribui para a perpetuação da vulnerabilidade socioeconômica dessas mulheres. A baixa escolaridade, o número de filhos, a idade e a falta de oportunidade perpetuam a inserção periférica no mercado. Além de que, a informalidade se traduz em ausência de direitos básicos como previdência, descanso semanal remunerado e licença médica. Como pontua Antunes (2018), a precarização do trabalho atinge mais fortemente as mulheres em setores informais, desprovidas de proteção legal. Portanto, a ausência de uma jornada fixa reflete o desamparo dessas mulheres, que precisam maximizar seu tempo de venda para garantir o sustento. Logo, os relatos expressam a face oculta do empreendedorismo, no qual a se traduz em precariedade.

#### 4.3 INVESTIGANDO A PERCEPÇÃO DAS FEIRANTES EM RELAÇÃO AO EMPREENDEDORISMO

Embora comumente idealizado como um caminho de autonomia e empoderamento, o empreendedorismo vivenciado por essas feirantes expõe também aspectos negativos, especialmente quando se dá em cenários periféricos da sociedade. Os dados coletados expõem contradições entre o discurso romantizado e a realidade:

7 das 10 entrevistadas se veem como empreendedoras (F2, F3, F5, F6, F7, F8 e F10), porém, ao serem questionadas do que seria empreendedorismo, muitas não souberam responder ou deram respostas vagas: a entrevistada F2 (19 anos), que ainda mora com os pais e que se enxerga empreendedora diz que *“empreendedorismo é você ter... o desenvolvimento para produzir algo do seu próprio querer. Abrir uma empresa, financiar coisas, imóveis...”* (F2). A F6, que também se rotula empreendedora, reflete:

É... empreender é não se limitar à CLT, né? ser um profissional liberal, ao qual, um exemplo [...], quando foi essa semana eu decidi não vir trabalhar, porque eu quis nesse dia tirar para mim, para me cuidar, sair um pouco, porque quando eu saio de um box, eu vou para o outro. Então, eu estava com a mente cansada e... quis fazer isso, então se eu trabalhasse de CLT eu não teria essa opção. Então como eu trabalho para mim, eu me dei esse direito (F6).

Com isso, no seu entendimento, empreender estaria ligado ao fato de poder escolher trabalhar no dia em que está cansada ou não, por exemplo. O curioso é que essa entrevistada (F6) é a mesma que descreveu sua rotina de trabalho em dia de feira de 14 horas diárias, havendo uma contradição ao afirmar que, por ser empreendedora tem uma rotina mais flexível e com mais descanso. Assim, a ideia de "ser patrão de si mesmo" esconde a precariedade.

A entrevistada F10 também dá sua opinião ao ser perguntada de qual seria a diferença entre uma empreendedora e uma feirante:

Agora você me pegou, porque eu acho que é basicamente a mesma coisa. Mas é a mesma coisa, empreender e feirante é a mesma coisa. O feirante é o empreendedorismo, né? Seja ele o que for, de uma bala que você está vendendo ali no sinal, uma água, e assim, porque são diversos produtos que se vendem na feira, né? Então, eu acho que é a mesma coisa, vir feirante e empreendedorismo, voltando aí, é a mesma coisa (F10).

Com essa fala, percebe-se a visão que muitas feirantes têm sobre o empreendedorismo – Visão essa construída por meio de discursos neoliberais: não há uma separação entre os conceitos de informalidade e de empreendedorismo, sendo senso comum entre as entrevistadas a mesclagem de conceitos deste e daquele. Prova disso é que, ao serem indagadas sobre os desafios de se empreender, trazem à tona características da informalidade: instabilidade financeira, decorrente da oscilação da demanda, concorrência exacerbada, falta de apoio por parte do governo e falta de horário fixo para trabalhar.

A incerteza em relação aos rendimentos angariados por meio da feira foi um sentimento unânime entre as entrevistadas. A F4 desabafa:

[...] quando você vem ser empreendedor [...], mas você tem outra fonte de renda, vale a pena você insistir. Mas quando você depende exclusivamente daquilo, o conselho que eu dou é: quem tiver sua carteira assinada, seu trabalho, fique nele, entendeu? Porque a feira, ela é assim, hoje ela... hoje ela bomba, você ganha dinheiro, aí passa quatro, cinco semanas sem você ganhar dinheiro. Tem um mês que você ganha. E quando se trata de confecção, de calçado então... você vai esperar duas vezes no ano para ganhar dinheiro. No mês de junho, no mês de dezembro. Fora isso, é sofrimento do começo do ano ao fim. Trabalhar como empreendedor [...], você trabalha dobrado (F4).

A F5 também reflete: “[...] nesse período mais fraco que a gente enfrenta de feira [...] as contas não param, os compromissos não estabilizam ali” (F5). Posto isso, o risco constante e a ausência de estabilidade financeira desmentem a ideia de sucesso que muitas vezes se associa ao empreendedorismo. Essas falas confirmam a crítica de Cacciamali (2000): o empreendedorismo é uma forma disfarçada de informalidade.

Por mais que existam notórias consequências devido a desigualdade de gênero, como a dupla jornada pontuada na seção anterior, as entrevistadas parecem nunca ter refletido sobre, pois 9 das 10 responderam que o fato de ser mulher não influencia nos desafios enfrentados ao se empreender, algumas até destacaram vantagens: “[...] na verdade eu acho que a mulher, ela empreende... muito melhor do que o homem, eu acho. As lojas aqui, as bancas, a maioria delas, quem está a frente são as mulheres” (F4).

No entanto, assimilar e justificar a predominância de mulheres nas bancas da feira à uma habilidade empreendedora acaba ocultando o fato de que muitos negócios informais surgem justamente pela exclusão de trabalhadores do mercado formal de trabalho, o que corrobora com a perspectiva de Milanês (2020). Ou seja, uma linha de raciocínio a ser seguida é a de que, em muitos casos, a submissão dessas mulheres ao mercado informal é resultado da tentativa de subsistência.

Provando esse ponto, a mesma entrevistada (F4), antes de ser perguntada sobre a influência do gênero frente ao empreendedorismo, expressou que não teve êxito ao procurar outra fonte de renda além da feira: “Já tentei arrumar trabalho, mas na minha idade eles preferem quem é mais jovem” (Entrevistada, 2025). Assim, embora algumas entrevistadas neguem a influência do gênero, os dados mostram disparidades, e como analisa Back et al. (2012), a divisão sexual do trabalho persiste mesmo no empreendedorismo.

Em relação ao MEI, tentativa de formalizar o trabalho informal, 6 das entrevistadas informaram que já aderiram ao programa (F2, F3, F4, F5, F8 e F10) e apenas 1 delas parou de pagar o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS): “[...] faz mais de dois anos que não pago, porque eu cortei tudo que era gasto, porque tinha que realmente cortar gasto, até o MEI eu parei de pagar [...]” (F4). Ao ser perguntada se via alguma vantagem em ser MEI, disse: “[...] não tem nenhuma vantagem, porque a nossa base de lucro é muito pouca. [...] o imposto é muito alto, então para mim não compensa. É melhor viver assim, na doideira” (F4). Seu depoimento corrobora com Milanês (2020): o MEI é insuficiente para garantir proteção social.

No entanto, algumas veem vantagens: a F2 diz que *“as vantagens é os benefícios que tem, caso você sofra acidente, esse negócio cobre [...]”* (F2); a F3 argumenta: *“As vantagens é a segurança, né? Dessa parte de imposto, da parte da burocracia mesmo”* (F3); a F8 reflete: *“[...] é uma forma de ele poder ajudar quando a gente precisar, né? Vai que eu caio aí de cama. [...] pelo menos vou ficar sendo encostada, pelo menos, com o salário para poder até comprar os remédios”* (F8).

Em contraponto, há de se analisar se o MEI de fato vale a pena: F8 descreveu: *“Pago o MEI, mas nunca usei os benefícios”* (F8), já a F3 reconhece: *“desvantagem, atualmente, eu acho o limite. O limite... de valor mesmo que a gente tem para trabalhar, deixa a gente um pouquinho mais amarrado”* (F3).

Assim, questiona-se se o MEI de fato é o caminho mais adequado para amparar mulheres feirantes que estão longe do mercado formal de trabalho. Quanto à entrevistada F10, admitiu: *“Meu esposo me cadastrou, mas não sei como funciona”* (F10). Essa desconexão ilustra a falta de informação e conhecimento sobre a formalização do trabalho informal por meio do MEI. Conclui-se, então, que se falta tapar as lacunas da informalidade, nas quais o MEI não as preenche.

Também se faz necessário trazer ao debate a falácia da meritocracia, crença vista no discurso de muitas das entrevistadas. Apesar da força de vontade dessas mulheres, a maioria permanece presa a ciclos de pobreza e a romantização do empreendedorismo, conectado ao discurso de meritocracia, faz com que elas, que passam por lutas diárias, acreditem que não estão em uma posição melhor por não estarem se esforçando o bastante, sendo nocivo a sua saúde física e mental.

Outrossim, com o intuito de complementar e ilustrar visualmente as análises realizadas neste capítulo, foram registrados alguns momentos e espaços de trabalho das entrevistadas, através de fotografias capturadas durante as visitas à Feira da Sulanca Fundac.

As imagens a seguir (3 a 12) representam os boxes/bancos onde as feirantes desenvolvem suas atividades cotidianas. Elas contribuem para uma compreensão mais concreta das condições enfrentadas por essas mulheres no exercício de seus trabalhos, revelando aspectos como a organização, a infraestrutura, os materiais utilizados e o ambiente geral da feira.

Tais registros fotográficos reforçam os elementos analisados nas entrevistas, evidenciando visualmente, assim, a precariedade e a informalidade:

Imagem 3 – Espaço de trabalho (F1)



Fonte: Dados coletados, 2025

Imagem 4 – Espaço de trabalho (F2)



Fonte: Dados coletados, 2025

Imagem 5 – Espaço de trabalho (F3)



Fonte: Dados coletados, 2025

Imagem 6 – Espaço de trabalho (F4)



Fonte: Dados coletados, 2025

Imagem 7 – Espaço de trabalho (F5)



Fonte: Dados coletados, 2025

Imagem 8 – Espaço de trabalho (F6)



Fonte: Dados coletados, 2025

Imagem 9 – Espaço de trabalho (F7)



Fonte: Dados coletados, 2025

Imagem 10 – Espaço de trabalho (F8)



Fonte: Dados coletados, 2025

Figura 11 – Espaço de trabalho (F9)



Fonte: Dados coletados, 2025

Imagem 12 – Espaço de trabalho (F10)



Fonte: Dados coletados, 2025

Deste modo, ao se fazer uma recapitulação de todo o capítulo 4, vê-se que: o perfil das feirantes entrevistadas reflete as desigualdades estruturais, com baixa escolaridade e sobrecarga de gênero; a informalidade permeia por vários níveis da sociedade, como visto durante as entrevistas (a F3 é universitária, a F1 sem escolaridade e a F9 é aposentada); a rotina de trabalho é precarizada e flexibilizada, mesmo sob a máscara do empreendedorismo; e o MEI, vendido como meio de formalização, apenas mascara a precariedade e falha em garantir direitos básicos. Além do mais, os relatos colhidos durante as entrevistas demonstram que o empreendedorismo

feminino na Feira da Sulanca Fundac é marcado por contradições: vendido como solução para a independência financeira, porém, na prática, reproduz ciclos de exploração e vulnerabilidade. A jornada exaustiva, a dupla carga de trabalho e a renda instável revelam que a informalidade não é uma escolha, mas uma estratégia de sobrevivência em um mercado excludente. Assim, este capítulo reforça a tese central do trabalho: o empreendedorismo, no contexto da Feira da Sulanca Fundac, é uma face da precarização, não uma ferramenta de emancipação. O discurso do empreendedorismo, como um caminho a seguir para se chegar ao sucesso, é desconstruído nas entrevistas, revelando uma realidade de ilusão e de exploração. As entrevistas revelaram um cenário marcado por jornadas exaustivas, informalidade e sobrecarga de tarefas: "*A gente vive de milagre*" (F4). Essa síntese das entrevistadas projeta a crítica de Rosenfield (2015): o auto empreendedorismo é sobrevivência, não independência ou liberdade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo caracterizar a percepção das mulheres feirantes/empreendedoras da Feira da Sulanca Fundac, em Caruaru-PE, sobre o empreendedorismo feminino e suas contradições, buscando responder à seguinte pergunta: Qual é a percepção das mulheres feirantes/empreendedoras da Feira da Sulanca Fundac, em Caruaru-PE, sobre o empreendedorismo feminino e suas contradições? A análise dos dados revelou que o discurso de empoderamento associado ao empreendedorismo contrasta com a realidade vivida pelas feirantes, expondo um cenário de precariedade.

A maioria das entrevistadas possui baixa escolaridade, com idade entre 40 e 49 anos, com ingresso na feira por necessidade econômica ou influência familiar. A inserção no trabalho informal está ligada à falta de oportunidades no mercado formal.

No tocante às condições de trabalho, observou-se jornadas excedendo 12 horas diárias, ausência de descanso remunerado e sobrecarga com tarefas domésticas. Além de que, a instabilidade financeira é constante, com rendimentos oscilando conforme a demanda sazonal. Ou seja, a atividade praticada por essas mulheres se configura como uma estratégia de sobrevivência.

Além disso, embora 7 das 10 entrevistadas se intitulem como "empreendedoras", associaram, involuntariamente, o termo à informalidade e à falta de alternativas. Ou seja, conceituam o empreendedorismo com características da informalidade. O MEI, apesar de na teoria formalizar a atividade, falha em garantir proteção social, como evidenciado por relatos de inadimplência e desconhecimento sobre seus benefícios.

Assim, a Feira da Sulanca Fundac também reflete as desigualdades existentes na sociedade. As mulheres entrevistadas não são empreendedoras por escolha, mas vítimas de um sistema que mascara a informalidade com discursos ilusórios e nocivos. Seus relatos revelam a face oculta do empreendedorismo. Portanto, a presente pesquisa amplia o debate sobre gênero e trabalho informal, desconstruindo a narrativa de meritocracia do empreendedorismo.

## REFERÊNCIAS

- A FEIRA de Caruaru. Intérprete: Luiz Gonzaga. Compositor: Onildo Almeida. In: A FEIRA de Caruaru. Intérprete: Luiz Gonzaga. São Paulo: RCA Victor, 1957 (3:10 min). Disponível em: <https://discografiabrasileira.com.br/fonograma/98926/a-feira-de-caruaru>. Acesso em: 07 abr. 2024;
- ALVES, Ana Karina da Silva; GONÇALVES, Ruth Maria de Paula; COSTA, Frederico Jorge Ferreira. **Trabalho e ser social: uma reflexão ontológica do trabalho na relação homem x natureza**. Revista Labor, v. 1, n. 12, p. 78–87, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23486?utm\\_source=chatgpt.com](https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23486?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 15 abril. 2025;
- ALVES, Giovanni. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000;
- ANDRADE, Fernanda Maria Almeida de. **Autoempreendedorismo e o trabalhador por conta própria: um estudo nas facções de jeans no Agreste Pernambucano**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/44799>. Acesso em: 10 jan. 2025;
- ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990**. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, v. XXVII, p. 11-25, 2014;
- BACK, Cleiciane et al. **O papel das mulheres na sociedade: diferentes formas de submissão**. *Eventos Pedagógicos*, v. 3, n. 2, p. 328-336, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/9225>. Acesso em: 07 jan. 2025;
- BRASIL. **Lei Complementar nº 128, de 1 de janeiro de 2009**. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 jan. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp128.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm). Acesso em: 12 dez. 2025;
- BRASIL. **Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023**. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 jul. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2023-2026/2023/lei/114611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/114611.htm);
- BURNETT, Annahid. **A “saga” dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da feira da Sulanca no Agreste Pernambucano**. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais, [S. l.]*, v. 3, n. 2, p. 09–40, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/12791>. Acesso em: 13 jan. 2025;

BURNETT, Annahid. **As raízes rurais da Feira da Sulanca no Agreste pernambucano**. Extensão Rural, Santa Maria, v. 21, n. 4, p. 09-31, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/2318179614755>. Acesso em: 10 jan. 2025;

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Globalização e processo de informalidade**. Anais do Encontro Nacional de Economia—Anpec, Belém, v. 3, p. 2.059-2.074, 2000;

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007;

FLEURY, Maria Tereza Leme, FISCHER, Rosa Maria. Relações de trabalho e políticas de gestão: uma história das questões atuais. **Revista de Administração**, v. 27, n. 4. 1992;

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Berço de Caruaru: Feira é impulso para o futuro**. Folha de Pernambuco, 23 mar. 2024. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/politica/berco-de-caruaru-feira-e-impulso-para-o-futuro/325064/>. Acesso em: 18 jan. 2025;

GOOGLE. **Google Maps**. R. Rui Limeira Rosal, 331 - Petrópolis, Caruaru - PE, 55030-000. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: 13 jan. 2025;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Educação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2025;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2025;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2025;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Caruaru (PE) | Cidades e Estados**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2025;

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2025;

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). **Feira de Caruaru é revalidada como Patrimônio Cultural do Brasil**. GOV.BR, 22 jul. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/iphane/pt-br/assuntos/noticias/quatro-bens-sao-revalidados-como-patrimonio-cultural-do-brasil>. Acesso em: 18 jan. 2025;

JABLONSKY, Tibor. **Feira semanal de Caruaru (PE)**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 jan. 2025;

KREIN, José Dari; Vêras DE OLIVEIRA, Roberto. **Os impactos da Reforma nas condições de trabalho**. In: KREIN, José Dari; Vêras DE OLIVEIRA, Roberto (Orgs.). Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019. p. 81-126;

KREIN, José Dari. **Trabalho, emprego e renda: as condições de vida de trabalhadoras e trabalhadores no capitalismo contemporâneo**. Argumentum, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 9–23, 2022. DOI: 10.47456/argumentum.v14i3.39633. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/39633>. Acesso em: 10 jan. 2025;

LIMA, Jacob Carlos; Vêras DE OLIVEIRA, Roberto. **O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário**. Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCAR, v. 11, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1062>. Acesso em: 19 jan. 2025;

MACHADO, Lúcio Alves de Barros. **Da Informalidade à Empregabilidade** (Reorganizando a Dominação no Mundo do Trabalho). Caderno CRH, Salvador, v. 15, n. 37, p. 323-336, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18603>. Acesso em: 19 jan. 2025;

MILANÊS, Renata Bezerra. **“Todo mundo aqui quer ser patrão”**: pernambucanizando o empreendedorismo no Polo de Confecções de Roupas do Agreste. 2020. 178 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9443> . Acesso em: 9 jan. 2025;

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007;

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Mulheres na Gestão Empresarial: Argumentos para uma Mudança**. Genebra: OIT, 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 18 jan. 2025;

PEREIRA, Ana Marcia Batista Almeida; PEREIRA, Eugenio; BRAGA, Bruno Mota; FREIRE, Cláudia. O padrão de relações de trabalho no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. In: Vêras DE OLIVEIRA, Roberto; Rodgers Gerry (orgs). **Desenvolvimento e regime de Trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Anablume, 2021, p. 453-495;

PEREIRA, Ana Marcia Batista Almeida; PEREIRA, Eugenio; SILVA, Jandeilson Severino da. **O Programa Microempreendedor Individual no Polo de Confecções de Pernambuco: Redução da Informalidade e Precariedade do Trabalho**. Boletim do Observatório Econômico, n. 10, nov. 2020. CORECON. Disponível em: <https://coreconpe.gov.br/>. Acesso em: 3 jan. 2025;

PEREIRA, Juliana Nunes. **“Empreendedoras” das confecções: um estudo sobre a implementação do MEI e o trabalho faccionado no agreste de Pernambuco**. 2019. 249 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/10195?mode=full>;

RODGERS, Janine. Sexo e cor/raça como fontes de desigualdades nos mercados de trabalho nordestinos. In: Vêras DE OLIVEIRA, Roberto; Rodgers Gerry (orgs). **Desenvolvimento e regime de Trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Anablume, 2021, p. 261-299;

ROSENFELD, Cinara. **Autoempreendedorismo**: forma emergente de inserção social pelo trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 30, n. 89, p. 115–128, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Ff7kCnG9QB3gf53YXg7Wjsb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 jan. 2025;

SÁ, M. G. **Feirantes**: quem são? Como administram seus negócios? In: Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 24, 2010, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2010;

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Brasil alcança marca histórica de mulheres à frente de empreendimentos**. Agência Sebrae de Notícias, 2022. Disponível em: [https://agenciasebrae.com.br/cultura-empreadedora/brasil-alcanca-marca-historica-de-mulheres-a-frente-de-empredimentos/?utm\\_source=chatgpt.com](https://agenciasebrae.com.br/cultura-empreadedora/brasil-alcanca-marca-historica-de-mulheres-a-frente-de-empredimentos/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 18 jan. 2025;

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Empreendedorismo Feminino**. DataSebrae, 2024. Disponível em: [https://datasebrae.com.br/empreendedorismofeminino/?utm\\_source=chatgpt.com](https://datasebrae.com.br/empreendedorismofeminino/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 18 jan. 2025;

SILVA, Juliana Gouveia Alves da. **“Pra onde tu vai, Maria? Vou pra feira da sulanca!”**: um estudo sobre o trabalho feminino na feira da sulanca de Caruaru-PE. 2016. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17887>. Acesso em: 9 jan. 2025;

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos; CORRÊA, Victor Silva; DOS REIS, Renato Francisco. **Motivações para o empreendedorismo**: necessidade versus oportunidade?. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 21, n. 1, p. 21–37, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/wVbBLJDGsbWC8bsBGV8tJpJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 abr. 2025;

VERGARA, Sylvia. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009;

VERGARA, Sylvia. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DA FASE DE COLETA DE DADOS (ENTREVISTA)**

### **BLOCO A - PERFIL DA ENTREVISTADA**

1. Qual é seu nome?
2. Qual é a sua idade?
3. Qual é seu gênero?
4. Qual é seu estado civil?
5. Você tem filhos? Se sim, quantos?
6. Qual é seu grau de escolaridade?

### **BLOCO B - EXPERIÊNCIAS NO MUNDO DO TRABALHO**

1. Como você iniciou na confecção?
2. Você já trabalhou em outra(s) atividade(s) no mercado de trabalho formal ou na informalidade antes de ser feirante? Se sim, qual(is)? Atualmente, você tem algum outro trabalho? Se sim, pode detalhar?
3. Em relação à atuação como feirante, o que fez você iniciar o próprio negócio e há quanto tempo trabalha como feirante?

### **BLOCO C - ROTINA E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA ATUALIDADE**

1. Em relação ao seu trabalho como feirante, qual é o principal produto que você vende?
2. Qual é a quantidade, em média, de unidades vendidas por feira? E o valor do produto por unidade?
3. Como é sua rotina de trabalho atualmente? Você trabalha quantas horas por dia e quantos dias por semana?
4. Você sente que tem tempo suficiente para descanso e lazer? Pode dar exemplos?
5. Você tem algum problema de saúde provocado pelo trabalho como feirante?
6. Sobre o seu rendimento mensal, é suficiente para cobrir suas despesas básicas, de sobrevivência? Existe variação quanto ao seu rendimento de uma semana para outra?
7. Você já precisou buscar outra fonte de renda além da feira?

### **BLOCO D - EMPREENDEDORISMO FEMININO**

1. O que você entende por empreendedorismo?
2. Você se vê como empreendedora ou feirante na Feira da Sulanca? Pode dar exemplos das duas situações?

3. Quais são os maiores desafios que você enfrenta como empreendedora/feirante? Você acha que o fato de ser mulher influencia? Como assim?
4. Você já aderiu ao Programa do Microempreendedor Individual (MEI)? Por quê? Se não, tem vontade de aderir? Por quê?
5. Na sua visão, quais as vantagens e as desvantagens do MEI?
6. Você considera que vale a pena ser empreendedora/feirante?
7. Qual é o seu plano para o futuro? Pretende continuar como empreendedora/feirante ou gostaria de mudar de ramo?
8. Você gostaria de acrescentar mais alguma informação ou compartilhar alguma experiência sobre sua experiência como empreendedora/feirante?